

Introdução

Organizações sociais e saberes locais frente à ação de desenvolvimento. Na direção de um território cidadão

Christophe Albaladejo* e Iran Veiga**

* INRA/SAD BP 27 – 31326 Castanet Tolosan cedex, França albalade@toulouse.inra.fr

** UFPA/CAP/NEAF Campus Universitário do Guamá, rua Augusto Corrêa nº1
66.075-900 Belém - PA iveiga@ufpa.br

Estes números especiais da revista *Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento*, consagrados à Construção Local dos Territórios da Agricultura Familiar, propõem abordar a questão da sustentabilidade da agricultura familiar na Amazônia Oriental sob o ângulo da formação do território. O “território” é aqui considerado na acepção da geografia social e cultural, ou seja, não é “o espaço”: é uma ordem local de apropriação social e simbólica do mesmo. É uma ordem em transformação constante: o território é o cadinho, e também o palco, onde se formam e se reproduzem histórias e identidades de grupos sociais e de indivíduos. Isto implica em que ele tenha capacidade de harmonizar e/ou articular histórias e identidades através de relações cotidianas ou esporádicas entre as pessoas, e entre as pessoas e as coisas, particularmente, os recursos locais. É só a partir do momento em que existe um território, que a questão de um futuro comum dos atores e dos grupos sociais que convivem num espaço pode fazer sentido. A questão da “sustentabilidade” da agricultura familiar na Amazônia transforma-se, então, na questão de saber se formam-se, ou não, territórios onde esta agricultura tenha seu lugar ou, indo mais longe, territórios da agricultura familiar. A vantagem de transformar dessa maneira a questão da “sustentabilidade” é que se coloca uma pergunta sobre a natureza dos objetos sociais que se formam nas fronteiras agrárias da Amazônia, e sobre suas capacidades de transformação. Em conseqüência, e contrariamente a uma abundante literatura sobre “agricultura sustentável”, não se restringem aqui os questionamentos à procura de indicadores – na idéia de fazer medições para estabelecer um “diagnóstico” – de estabilização (econômica, ecológica etc.) ou de qualidade (equidade etc.) de um processo que nos é desconhecido.

Nosso questionamento é, então, o da produção e da reprodução do social na fronteira agrária, mas colocando no centro da análise os constrangimentos materiais da vida social: as dificuldades de movimentação, a necessária convivência cotidiana, as características dos recursos e dos

Thematic Issue

meios que influem sobre as atividades; enfim, tentamos introduzir na análise da vida social e simbólica as pessoas, elas mesmas, e as coisas materiais que as ciências sociais quiseram esquecer (para se diferenciar de outras disciplinas), mas que fazem parte do cotidiano dos habitantes da fronteira amazônica. É através desse caráter cotidiano das relações entre as pessoas e com as coisas materiais que definimos o “local”. São, então, as práticas das famílias rurais da Amazônia Oriental que definem o local, e não uma escala ou uma fronteira definida *a priori* pelo pesquisador.

A sociologia do desenvolvimento mostra que o local corresponde, cada vez mais, a uma escala privilegiada de intervenção das agências públicas de desenvolvimento e, mais globalmente, da presença do Estado no meio rural. Na parte 1 deste trabalho interroga-se seriamente sobre a pertinência desse “local” nas práticas do desenvolvimento. Primeiro, as dinâmicas próprias da agricultura familiar se exercem em espaços diversos, evolutivos, fragmentados, em parte urbanos e não se deixa encerrar numa fronteira precisa, definitiva. Por esta razão, as escalas pertinentes de ação não são imediatas e têm que ser estabelecidas de maneira *ad hoc*, em função da ação planejada e constantemente questionada. Segundo, em que pese o bordão da literatura impulsionada pelos organismos internacionais, o local não é sinônimo de “participação”; muito pelo contrário, às vezes ele aparece como o cadinho de práticas clientelistas ou paternalistas que se prolongam no seio das organizações camponesas, ainda que, na fachada, apresente-se como um discurso de transparência e de democracia.

Nas partes 2 e 3, para descrever e analisar o local, nossa intenção era partir não mais das práticas de desenvolvimento, mas das práticas sociais dos habitantes da fronteira agrária, analisando nestes territórios bastante recentes (geralmente, na região de Marabá, menos de 20 anos de colonização) o ordenamento local de relações geradas e reproduzidas entre as pessoas (parte 2), assim como entre as pessoas e os recursos locais (parte 3). Ao final, consideramos não ser possível nem desejável essa separação entre as práticas sociais e técnicas e decidimos unir as partes 2 e 3 num mesmo número. Uma organização social local é também um ordenamento negociado com as coisas materiais indispensáveis ao cotidiano das pessoas. Da mesma maneira, os conhecimentos e os saberes (conhecimento declarativo) locais têm necessariamente, por sua vez, dimensões sociais e técnicas ou econômicas impossíveis de serem alijadas.

Este número, então, tenta descrever e interpretar os modos de construção e de reprodução do território na Amazônia Oriental, no universo das práticas sociais e técnicas cotidianas das famílias rurais.

Quatro dos seis artigos apresentados resultam de pesquisas realizadas numa mesma localidade: Sítio Novo, no município de Itupiranga, perto de Marabá. São pesquisas realizadas no âmbito do Programa Prométer (“*Mise en place de PROJETS de Maîtrise locale de l’Evolution du TERritoire sur les fronts pionniers de l’Amérique du Sud*”), apoiado pelo CNRS (Programme Environnement-Vie et Société, Comité Systèmes Ecologiques et Action de l’Homme), assim como do Programa “*Comunidade e Território*”, apoiado pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Estes programas foram realizados em 1996 e 1997 e coordenados por C. Albaladejo, então professor visitante da Universidade Federal do Pará, Centro Agropecuário.

Este programa de pesquisa se situa dentro da parceria estabelecida, em Marabá, com os seis sindicatos de trabalhadores rurais da região¹, que criaram uma fundação, a FATA (Fundação Agrária do Tocantins Araguaia), estreitamente associada a um grupo de pesquisadores da UFPA (o LASAT: Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins); as duas organizações formando o CAT (Centro Agroambiental do Tocantins), como explica Jean Hébert neste número. O CAT dispõe, em Marabá, de um centro de encontros com capacidade para hospedar pesquisadores e estudantes do Núcleo de Estudos Integrados Sobre a Agricultura Familiar da UFPA, e onde se organizam encontros entre agricultores da região de Marabá e/ou membros de suas famílias. A problemática questão do futuro da Agricultura Familiar na Amazônia e de sua relação sustentável com a natureza é de grande importância para a construção de espaços rurais nessa parte do Brasil. Ela pode contribuir para uma melhor compreensão da problemática social e ecológica da região. Através de um trabalho participativo com agricultores de localidades rurais de Marabá e seus representantes sindicais, o CAT pretende avançar na elaboração de metodologias de manejo local de problemas ambientais.

A intenção do Programa Prométer foi analisar os processos na “interface” entre os agricultores e seu “ambiente tecnológico”. N. Long (Long, 1989) utilizou o conceito de interface social com o seguinte sentido: “*a critical point of intersection or linkage between different social systems, fields or levels of social order where structural discontinuities, based upon differences of normative value and social interest, are most likely to be found.*” Nesta interface, o agricultor não é um indivíduo isolado. Faz parte de uma “comunidade técnica” e de grupos locais que elaboram certo número de normas técnicas inerentes ao lugar e que orientam a percepção e a capacidade de mudança dos agricultores (Veiga & Albaladejo “Gestão da fertilidade dos solos de uma localidade na Amazônia Oriental”, neste número).

¹ Marabá, Itupiranga, Jacundá, São João do Araguaia, São Domingos do Araguaia e Nova Ipixuna.

Da mesma maneira, o “técnico” e o “pesquisador” fazem parte de instituições e de grupos profissionais cuja composição, morfologia e funcionamento intervêm sobre a capacidade de produção de mudanças. Também os organismos públicos de pesquisa e de desenvolvimento, assim como os projetos de desenvolvimento (Albaladejo & Veiga, neste número) têm que ser analisados no contexto de instituições públicas, de organizações de agricultores e operadores econômicos que podem, a qualquer momento, participar da produção de mudanças na atividade agrícola. Pensamos que esse conjunto de instituições e de organizações formam, ou pelo menos deveriam formar, um sistema. É a razão porque fazemos referência à noção de “Sistema de Informação e Conhecimento”, desenvolvida por Niels Röling² (Röling, 1988) (Röling & Steegers, 1991), porém acrescentando a essa noção a análise das organizações técnicas locais em que se baseiam os agricultores para desenvolver as suas atividades e por eles utilizadas para produzir mudanças, e também considerando não apenas os conhecimentos, mas também as ações.

Esta interface é particularmente solicitada no marco de mudanças que afetam a atividade agrícola na sua relação com o território. Um grande número destas mudanças se produz a nível das coletividades locais de agricultores. A pesquisa agrônômica descobriu, recentemente, a importância dos saberes locais, como observa Richards (Richards, 1985, pág. 12): *“Intellectuals, development agencies and governments have all pursued environmental management problems at too high a level of abstraction and generalization. Many environmental problems are, in fact, localized and specific, and require local, ecologically particular responses. One of the answers [to be explored] is through mobilizing and building upon existing local skills and initiatives. Everything should be done – so the argument runs – to stimulate vigorous ‘indigenous science’ and ‘indigenous technology’”*.

Demonstramos o interesse em considerar essa interface no caso do manejo de um “bem comum” – como a fertilidade dos solos por exemplo, cuja manutenção tem uma importância que ultrapassa os interesses dos diferentes atores presentes, e concerne também a atores ausentes, como, por exemplo, as gerações futuras, ou valores considerados como universais. O caráter irreversível percebido em algumas das mudanças que dizem respeito a esse recurso (“o bem comum”) cria uma necessidade de coordenação das ações do conjunto dos atores presentes (Ison, 1993): ações sobre o recurso em si e também frente a outros atores.

²“Um Sistema de Informação e de Conhecimento é um conjunto articulado de atores, de redes e/ou de organizações das quais se espera que trabalhem em sinergia para favorecer a produção de conhecimentos com o objetivo de melhorar a correspondência entre o meio ambiente e o seu controle pelo uso de técnicas, num domínio dado da atividade humana.” (Röling & Steegers, 1991; nossa tradução).

Esse objetivo de gestão conjunta de um mesmo recurso implica em um dispositivo concreto de cooperação entre atores locais e instituições de desenvolvimento. Esse dispositivo tem que articular, sobre um período de tempo negociado, percepções diferentes não só do recurso, mas também, mais geralmente, do tempo... (Webber & Ison, 1995). O que nos conduz às dificuldades da idéia, às vezes ambígua, às vezes conflituosa, mas sempre percebida como necessária, do projeto, ou seja, do tempo percebido como linear, como desenvolvimento ele mesmo (Boutinet, 1990) (Albaladejo & Veiga, neste número).

Propomos abordar os conhecimentos sobre os processos de construção de projetos associando, sobre um território dado, atores locais e seu ambiente institucional e econômico (definição de projeto territorial dada por B. Kayser *et al.*, 1994) e próxima também do conceito de "Platform" de Röling (Röling, 1994). Trata-se, então, de utilizar, e completando-as com a noção de projeto, as contribuições teóricas e conhecimentos metodológicos acumulados pelos trabalhos, geralmente baseados em muitos dados empíricos, sobre as coletividades rurais locais, reabilitando o método da monografia de localidade (Maget, 1955) (Jollivet and Mendras, 1971) (Buller and Wright, 1990).

O Programa Prométer objetivou, então, analisar quais morfologias sociais e práticas de comunicação entre agricultores, e entre eles e os técnicos, são mais favoráveis a uma produção conjunta do desenvolvimento e a um uso mais sustentável dos recursos naturais, aproximando-se de uma nova corrente de pesquisa chamada "abordagens patrimoniais" (De Montgolfier & Natali, 1987). Ou seja, quais condições, num dispositivo de trabalho em parceria com as organizações de agricultores, permitem a criação de uma cooperação para a produção de desenvolvimento na interface entre as coletividades rurais locais e os organismos de pesquisa e desenvolvimento rural (Cristovão, Oostindie & Pereira, 1994)? Esse programa apoiou-se sobre o dispositivo de pesquisa-desenvolvimento-formação de Marabá com o propósito de estabelecer conhecimentos e métodos mais gerais sobre desenvolvimento rural em zonas de agricultura familiar para outras situações nas frentes agrárias. Dessa maneira, três dos seis trabalhos apresentados nesse número analisam a localidade de Sítio Novo, onde há vários anos o programa CAT e o LASAT, além de ONG's de Marabá, desenvolvem atividades de pesquisa-desenvolvimento inseridas naquele dispositivo. Situada ao norte de Marabá, na área da Rodovia Transamazônica (Município de Itupiranga), trata-se de uma localidade de ocupação espontânea relativamente recente (iniciada nos anos 80) e que apresenta uma interessante

sociodiversidade entre os seus agricultores (a maior parte originária do Maranhão, mas com um grande contingente da Bahia e do centro-sul do país). Estas características e as ações de desenvolvimento, dos mais diferentes matizes, lá implementadas, tornaram Sítio Novo um local privilegiado para a realização de estudos de caso no âmbito do Programa Prométer, pois permitiam estudar a cooperação entre técnicos e agricultores que está no centro de sua problemática de pesquisa.

Neste número da revista *Agricultura Familiar* organizamos as contribuições sob três ângulos de análise da construção local do território. Os dois primeiros artigos abordam a **questão da natureza do vínculo social local**. A pesquisa de Roberto Araújo e Gabriela Schiavoni, realizada na localidade de Sítio Novo, traz uma contribuição essencial para entender as relações recíprocas entre a “localidade” e a “família”. A literatura pertinente já havia demonstrado a importância das relações familiares na migração, assim como na organização de novas relações sociais na região de chegada nas fronteiras agrárias. Mas pouco se estudou sobre como a família se reorganiza a partir de uma situação nova criada pela presença física numa localidade, no começo isolada, e na qual tem que produzir e estabilizar-se em relação às demais e às coisas (em especial o controle sobre a mão-de-obra, um recurso escasso na fronteira, e sobre o acesso à terra na inexistência de títulos e, às vezes, na falta mesmo de demarcação oficial dos lotes). Essa grande “congregação doméstica” inscrita num território pequeno, como o é Sítio Novo, permite estudar como “localidade e parentesco prescrevem-se mutuamente”. A localidade inventa a família tanto quanto a família inventa a localidade. Araújo e Schiavoni descrevem, em detalhe, as estruturas familiares dos grupos na chegada assim como as práticas matrimoniais posteriores. Com certeza as relações de alianças múltiplas entre grupos familiares conseguem consolidar o grupo prático. Mas além disso os autores explicam como o parentesco, numa forma genérica, “serve de fonte inspiradora a um ideal de reciprocidade generalizada”, para gerar um necessário “discurso sobre a gratuidade”, o qual permite e codifica as relações de “ajuda” e possibilita, ao mesmo tempo, eufemizar estratégias de exploração.

Nossa contribuição (Veiga & Albaladejo, “A formação do território a nível local e a emergência da ação coletiva”) sobre as trocas simbólicas na localidade de Sítio Novo e em uma localidade contígua, Vera Cruz, objetiva entender os mecanismos sociais de controle de um recurso muitas vezes suplantado pelo interesse dado à terra: a mão-de-obra. Estudamos a estrutura das redes de intercâmbio de trabalho e de bens nessas localidades, no

espaço geográfico (a proximidade das casas, dos lotes, a rede de caminhos) e no espaço da família, dois espaços de práticas sociais, constrangidas e possibilitadas pela realidade material. Observamos uma diversidade de modalidades das trocas em função do intervalo de tempo entre um serviço e sua devolução, assim como em função da simetria na troca. Existe uma verdadeira gramática das trocas entre grupos domésticos cujo exercício depende da morfologia das redes de troca nas localidades. Sítio Novo, por exemplo, consegue unir os diversos grupos domésticos em relações mais densas, principalmente no que toca às relações simétricas. Vera Cruz se parece a um arquipélago de grupos domésticos enganchados, através de relações assimétricas, a um único grande grupo doméstico. Observamos, também, que a estrutura interna e a gramática das relações no interior da “localidade” correspondem ao tipo de relação que as localidades, através de indivíduos mediadores – corretores de recursos externos (Olivier de Sardan, 1995) – conseguem estabelecer com o “exterior” (políticos, comerciantes, sindicatos, cooperativa etc.). No caso de Vera Cruz, a família dominante confisca as relações da clientela com o exterior da localidade sem saber administrá-las a longo prazo. Sítio Novo, ao contrário, tanto sabe manter a longo prazo suas relações com o sindicato e articulá-las com a vida social local, que podemos observar um forte investimento social nas relações locais, devido a um processo de “convertibilidade parcial” do capital social local em capital social dentro da rede do sindicato (ou seja o próprio sindicato e seus parceiros).

Os dois primeiros artigos mostram, também, a importância da *moradia*, tanto no processo de migração como na constituição da localidade. A moradia, uma oferta aparentemente desinteressada a um agricultor sem terra para viver e cultivar no lote de um colono já instalado, permite aos novos migrantes ter um local provisório (onde eles podem ficar 10 anos...) na área de chegada, e ao “dono” dispor de serviços gratuitos no seu próprio lote, facilitando sua acumulação econômica. A moradia mostra, numa categoria de relação social, como se combina de maneira indissociável o controle da terra e o controle da mão-de-obra, e assim a retórica das relações de família com a retórica da propriedade fundiária. Ela mostra que o território é construído na fronteira entre terra e trabalho, combinados no sentido produzido e reproduzido pelos grupos de migrantes.

Os dois artigos seguintes abordam a questão da **diversidade e da coerência social local nas relações com as coisas materiais**. Partem de mal-entendidos entre técnicos (economistas e agrônomos) e agricultores decorrentes do fato de os técnicos assimilarem o conjunto dos agricultores a

uma categoria única: “o proprietário parcelar moderno, membro de associações, de sindicatos, de cooperativas e cidadão de um Estado democrático”. Gérard Roy mostra que a relação dos pequenos agricultores de Marabá com o dinheiro e os bens econômicos não pode ser simplesmente confundida com a relação do empresário com os seus meios de produção, que lhes vê como “dinheiro-capital”. O autor toma os exemplos de dois agricultores em situações econômicas comparáveis, residentes em uma localidade próxima a Marabá: um empresário familiar – a minoria na área de Marabá – e um “agricultor de auto-reprodução familiar em relação com o mercado”. O primeiro gera uma trajetória de acumulação, na qual o plantel de gado pode ser um indicador pertinente. O último limita ao máximo os investimentos em bens produtivos e equipamento agrícola. Sua maneira de produzir, mesmo se ele tem os meios para mecanizar e artificializar seu lote, está baseada na gestão da fertilidade natural da terra assim como na força física do conjunto da família. Esse homem destina a riqueza que produz às compras para a família, às instalações dos filhos na agricultura e à segurança da sua velhice. G. Roy mostra como esse tipo de agricultor aparece nos relatórios ou nos discursos técnicos como um homem incapaz de gerir corretamente seu lote, um péssimo agricultor, que não utilizará corretamente os créditos que lhes podem vir a ser concedidos. Isto ocorre porque avalia-se esse tipo de agricultor na ótica da pequena agricultura de mercado e não de uma economia camponesa para a subsistência e a reprodução da família. Os diagnósticos e as interpretações não correspondem à realidade de um produtor que não gerencia um dinheiro-capital, mas tem que fazer viver uma família e instalar seus filhos na atividade: não se trata da mesma coisa.

Nosso artigo (Veiga & Albaladejo,) sobre a “gestão da fertilidade dos solos” tenta, também, diminuir mal-entendidos entre os agricultores e os agrônomos a propósito da administração dos lotes. Realiza um análise dos saberes empregados pelos agricultores da localidade de Vila Ipiranga para “utilizar seus lotes”, ou seja, segundo que critérios se fazem as implantações dos cultivos e dos pastos a cada ano. É claro que a palavra “fertilidade”, aplicada aos solos, não significa nada para os agricultores, mas se trata de uma noção ambígua, mesmo para os agrônomos que, ao não designar uma atividade precisa, obrigam a partir das representações de cada um dos atores sobre a relação com “o cultivo e o cuidado da terra”. Descrevemos o vocabulário utilizado pelos agricultores de Vila Ipiranga para designar as coisas e as atividades envolvidas no cultivo da terra. Observamos, pese o caráter recente da colonização, a existência de discursos técnicos detalhados e coerentes entre si no nível local. Já existem, num ambiente que, há 20 anos atrás,

era desconhecido para os agricultores de Vila Ipiranga, teorias e retóricas locais sobre como cultivar e cuidar da terra. Mais uma vez constatamos a diferença essencial que existe entre as concepções dos agricultores e as concepções dos agrônomos. Quando comparamos o raciocínio do agricultor com o “bricolage” de Claude Lévi-Strauss (Lévi-Strauss, 1997), não queremos dizer que o agricultor não planifica, só que não o faz da mesma maneira que o “engenheiro”. Com o nosso trabalho, queremos tentar evitar que o agrônomo espere do agricultor a forma de pensar de um engenheiro. As primeiras experiências de trabalho participativo com agricultores, que procuravam valorizar o pensamento dos mesmos, falavam que “eles também são cientistas”: mas eles não são e não têm porque serem cientistas, nem engenheiros... Existem muitas formas de pensar para agir, em particular as formas de pensar “na ação”. O agricultor não faz revisões de sua estratégia a cada instante, mas sim em momentos especiais (no momento de decidir onde desmatar etc.), que o agrônomo deve conhecer para poder estabelecer um diálogo com o agricultor. Assim, não será possível por em discussão com os técnicos qualquer elemento de decisão dos agricultores a qualquer momento do ciclo de trabalho. Isso porque a planificação da ação do agricultor é elaborada de acordo não só com os projetos futuros e as técnicas possíveis, mas também de acordo com os efeitos acumulados das decisões (e mais geralmente das ações) anteriores. Ele vai planejar em função do existente e para conseguir o que acha “satisfatório” e não em função do possível e para conseguir o resultado “máximo”, como faz o engenheiro. Dessa maneira, o agricultor combina de maneira muito mais complexa as decisões estratégicas e táticas, no dia a dia. É assim que algumas noções, como a de parcela, não servem para entender as decisões desses agricultores. A superfície cultivada não segue um padrão espacial preestabelecido; ela é função de uma crônica de realização das tarefas agrícolas, dependendo da força de trabalho disponível, assim como dos eventos diversos (climáticos, doenças etc.) que o modificarem. Para o agricultor, as superfícies cultivadas e as “juquiras” representam a inscrição no tempo, não no espaço, do trabalho passado (Condominas, 1974).

Os dois últimos artigos questionam a implementação da **ação de desenvolvimento e as relações com o “exterior”** da localidade. O artigo de Jean Hébette tem que ser visto como o testemunho de um importante ator da construção da FATA (Fundação Agrária do Tocantins Araguaia): uma fundação regional formada por 6 Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região de Marabá para abordar não só os problemas fundiários, mas também a questão do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

Jean Hébette mostra como o sindicato e a FATA formam-se a partir da sociabilidade e da legitimidade política construída na localidade. É verdade que “*sem esta base (local), forte e organizada, o STR é apenas uma estrutura burocrática*”. Por um lado, a rede local do sindicalismo é centrada sobre os mediadores (em particular o delegado) e, por outro, as formas de sociabilidade a nível local tem tendência a serem personalizadas. Daí decorrem problemas, anteriormente analisados na parte 1 por Maria Conceição d’Incao e evocados por Jean Hébette. Esse autor fala da “*tensão entre os valores, as normas, que presidem o funcionamento da coletividade enquanto camponesa e valores e normas que presidem o funcionamento da organização profissional sindical*”. As relações pessoais baseadas em histórias particulares e em interdependências construídas fora da organização ingressam nos sindicatos, nas organizações dos produtores, nos projetos de desenvolvimento, quando o jogo social dentro destes deveria ser impessoal, transparente e baseado na racionalidade do resultado.

O artigo de Jean Hébette mostra que a construção do território no cotidiano da vida das “localidades” caminha junto com a de territórios (institucionais, profissionais neste caso) a escalas bem mais abrangentes, o que é essencial para o futuro da agricultura familiar. Trata-se de espaços sociais e geográficos do “desenvolvimento” que permitem articular esses agricultores com o resto da sociedade, o Estado e o mercado, numa relação que não seja a de simples subordinação.

Nosso artigo (Albaladejo & Veiga), que fecha este número, tenta uma reflexão sobre as possibilidades de construção democrática desses territórios, apoiando suas análises sobre um projeto participativo de manejo coletivo da floresta residual nos lotes dos pequenos agricultores. Em que pese o esforço de intervenção, concentrado somente em três pequenas localidades assim como um forte desejo, tanto por parte dos pesquisadores como dos sindicatos parceiros, de fazer deste projeto um exemplo, é difícil considerar que as mudanças técnicas introduzidas tenham sido fruto de uma deliberação democrática. As desigualdades entre “parceiros”, os vieses no processo deliberativo, apesar da aparente transparência nos discursos de cada um, fazem com que o território produzido pela ação de desenvolvimento seja apenas uma variante da expansão do território dos grupos dominantes e das práticas clientelistas e paternalistas.

Porém, como observou Jean Hébette, esses esforços na construção dos territórios da cidadania, através do desenvolvimento, fazem parte de um processo de aprendizagem, lento, mas necessário. Aprendizagem do outro numa relação livre, de pares. Aprendizagem das instituições, do mercado.

Como então articular a aprendizagem de um território da cidadania com uma relação “encantada” com os demais, estabelecida através da dádiva e de práticas sociais que sempre comprometem as pessoas nas suas singularidades? Como também construir uma relação com a natureza mais controlada, transparente, e mais controlável por critérios cidadãos, ou seja, “de manejo patrimonial” sem “desconstruir” parcialmente esta relação pessoal e encantada com o meio? Este é justamente o desafio trazido pela evolução dos processos de formação do território a nível local na direção de uma construção livre e consentida, inserida num projeto coletivo que se abre à sociedade e à economia fora da localidade.

Referências bibliográficas

- BOUTINET J.-P. *Anthropologie du projet*. Paris, PUF, 1990. 307 p.
- BULLER H., WRIGHT S. (eds.) *Rural development: Problems and practices*. Aldershot, Brookfield, USA, Avebury, 1990. 249 p.
- CONDOMINAS G. *Nous avons mangé la forêt. Chronique d'un village mnong gar hauts plateaux du Viet-Nam*. Mercure de France, Mayenne, 1974. 495 p.
- CRISTOVÃO A., OOSTINDIE H., PEREIRA F. Practices of endogenous development in Barroso, Northern Portugal. In: Van Der Ploegg J.D. et Long A. (eds.), *Born from within. Practice and perspective of endogenous rural development*. Van Gorcum, Assen, The Netherlands, 1994. p. 38-58.
- DE MONTGOLFIER J., NATALI J.-M. *Le patrimoine du futur. Approches pour une gestion patrimoniale des ressources naturelles*. Paris, Economica, 1987. 248 p.
- ISON R.L. Changing community attitudes. *Rangeland Journal*, 15, 1, 154-166. 1993
- JOLLIVET M., MENDRAS H. (éds.) *Les collectivités rurales françaises. Etude comparative de changements social*. Paris, Armand Colin, 1971. 222 p.
- KAYSER B., BRUN A., CAVAILHÉS J., LACOMBE P. *Pour une ruralité choisie*. La Tour-d'Aigues, DATAR – Editions de l'Aube, 1994
- LÉVI-STRAUSS C. *O pensamento selvagem*. 2a éd. Campinas, Brasil, Papirus, 1997. 323 p.
- LONG N. Encounters at the interface. A perspective on social discontinuities in rural development. *Wageningen Studies in Sociology*, 1989. 276 p.

- MAGET M. Remarques sur le village comme cadre de recherches anthropologiques. *Bulletin de Psychologie*, VII, spécial 7-8, 375-382. 1955
- OLIVIER DE SARDAN J.-P. *Anthropologie et développement. Essai en socio-anthropologie du changement social*. Marseille et Paris, APAD et Karthala, 1995. 221 p.
- RICHARDS P. *Indigenous agricultural revolution*. Boston, USA, Unwin Hyman, 1985. 192 p.
- RÖLING N. *Extension science - Information Systems in agricultural development*. Cambridge, Cambridge University Press, 1988. 233 p.
- RÖLING N. Platforms for decision-making about ecosystems. In: Fresco L.O., Stroosnijder L., Bouma J. et al (eds.), *The future of the land: Mobilising and integrating knowledge for land use options*. John Wiley & Sons, London, 1994. p. 385-393.
- RÖLING N. et STEEGERS S. *Designing knowledge systems for farm innovation*. Synthesis Seminar held at ISNAR, The Hague, Research/Transfer Linkages Project, May 1991, ISNAR, The Hague, Netherlands, 1991
- WEBBER L.M., ISON R.L. Participatory rural appraisal design: Conceptual and process issues. *Agricultural Systems*, 47, 107-131. 1995